

UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS: UMA PRÁTICA QUE PODE LEVAR À EXCLUSÃO

Ione Vier DALINGHAUS (UNIOESTE)

Maria Ceres PEREIRA (Profª Orientadora – UNIOESTE)

Introdução

O Brasil tem muitas divisas geopolíticas com países hispano-falantes. Entre estas divisas há algumas, chamadas de “fronteiras secas”. São assim denominadas porque a divisa se dá através de uma rua apenas, não há um rio ou outro marco mais visível. Em fronteiras como estas, a liberdade de ir e vir é intensificada tornando tais contextos sociolingüisticamente mais complexos. Se em todas as instâncias sociais a complexidade se manifesta, é na escola que as relações de ensino e aprendizagem se tornam grandes desafios.

Considerando o exposto acima e somando a necessidade de averiguar como estas relações se materializam no ensino no tocante à avaliação em Língua Portuguesa é que se definiu o cenário desta pesquisa em andamento no Programa de Mestrado em Letras da Unioeste/Pr. Parte-se do pressuposto que ensinar a língua Portuguesa não é tarefa fácil em qualquer circunstância, porém, os obstáculos aumentam quando se trata de situações bilíngües ou multilíngües em que a maioria dos alunos fala espanhol ou guarani. Esta é a realidade sociolingüística do cenário de nossa pesquisa cujo *lôcus* é uma escola pública de Ponta Porã/Brasil, fronteira com Pedro Juan Caballero/Paraguai. A situação lingüística dos alunos da escola selecionada é extremamente desafiadora visto que, a maioria desconhece o português na modalidade escolar, usando-o somente na modalidade oral em região de fronteira onde uma espécie de “língua franca” se instala – o “portuñol”.

O aporte teórico que norteia este estudo se ampara em três vértices: Lingüística Aplicada cujos autores principais são: Moita Lopes: (1996/ 2006) Rajagopalan: (1998) Almeida Filho: (2002); Educação Escolar: Bortoni-Ricardo: (2004) e Avaliação Escolar: Luckesi (1990/1999), Salinas (2004).

A metodologia que norteia a pesquisa é de caráter empírico, classificada como do tipo etnográfico escolar, assim, é de base qualitativo/interpretativa, enfatizando-se um estudo de caso. A opção considera o objetivo geral que é o de estudar lingüisticamente avaliações em língua portuguesa a partir de cinco alunos “brasiguaios”, verificando como a realidade bilíngüe da professora potencializa um melhor desempenho de seus alunos bi/multilíngües por meio de avaliações e de textos produzidos.

O presente artigo limita-se a um recorte do estudo em andamento, pretendendo-se refletir tão somente sobre como o ensino do português na região de fronteira acontece na prática.

O artigo se estrutura da seguinte forma – contexto de fronteira e as situações lingüísticas, aspectos históricos relevantes das fronteiras Brasil/Paraguai em Mato Grosso do Sul e, finalmente situamos os sujeitos da pesquisa e uma breve discussão sobre o ensino de português na escola selecionada.

1. O Cenário Sociolingüístico de Pedro Juan Caballero d Ponta Porã

Ponta Porã é considerada a cidade gêmea de Pedro Juan Caballero e seu povo partilha cultura semelhante em todas as suas formas de expressão e muitas vezes, até no jeito de viver. Essa cidade sul-mato-grossense pertencia ao território paraguaio até o período pós-guerra declarada ao Paraguai (1865-1870). De acordo com Quintas (2006, p.14), até o término desse conflito bélico ocorrido entre a Tríplice Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai – Laguna Punta Porã era apenas o nome de um local, às margens de um lago no Paraguai, onde viajantes e carreteiros paravam para recuperar suas energias.

Houve um período de grande crescimento local formando um povoamento na região (1893-1895), época em que se iniciou em Ponta Porã uma corrente migratória proveniente do Rio Grande do Sul. O povoamento foi se ampliando com a fixação dos ex-combatentes e a demarcação da fronteira entre os dois países, Brasil e Paraguai.

Não trataremos de todo o período histórico por não ser o foco deste artigo, razão pela qual situaremos dados atuais. O último censo populacional do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizado no ano 2000 revela uma população de 60.966 habitantes em Ponta Porã.

Com o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai estabeleceram-se novas bases para a delimitação da área fronteiriça. O conflito culminou com a morte de Francisco Solano Lopes e, em seguida, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Paz e Amizade, que alterava o traçado de fronteiras anterior. Assim, definiu-se a fronteira entre Brasil e Paraguai, cuja confirmação definitiva se daria com a assinatura do Tratado Complementar Mangabeira-Ibarra.

A partir daí, muitos brasileiros migraram para terras paraguaias, buscando nelas o progresso. Mas, como nem todos conseguiram atingir os objetivos propostos, muitos acabaram voltando ao Brasil. Alguns insistiram em permanecer e, atualmente, ainda existe certa preocupação em relação ao retorno desses sujeitos, que muitas vezes, sequer são reconhecidos como cidadãos em sua pátria - são os denominados brasiguaios, pois não são paraguaios nem brasileiros. De acordo com Santos,

[...] a denominação brasiguaios não se aplica a todos os imigrantes brasileiros no Paraguai. Para o grupo composto pelos brasileiros chamados euro-brasileiros, ou seja, grandes produtores de grãos através da agricultura realizada por máquinas sofisticadas e que geralmente têm residências no Brasil onde também estudam seus filhos, a crise inexistente. (SANTOS, 1999, p.21-22)

Ponta Porã é, portanto, a soma de um intenso caldo cultural e mistura de povos e etnias formando sua principal característica. A economia local começou com a exploração dos ervais e com a corrente migratória gaúcha. Os gaúchos foram os primeiros a chegar e a se fixarem em Ponta Porã, seguidos de imigrantes paraguaios, paulistas, nordestinos, mineiros, árabes, argentinos e muitos outros povos.

Assim, “Hábitos e costumes ultrapassaram a fronteira paraguaia ou brasileira sendo absorvidos pela população vizinha.” (QUINTAS, 2006, p.66). O autor cita como exemplo na culinária a sopa paraguaia e a chipa; na dança, a polca e o vanerão; na bebida o tereré que já se expandiu a outros Estados como Mato Grosso e São Paulo.

Hoje a fronteira seca favorece o ir e vir de brasileiros ao Paraguai para fins diversos: compras, negócios, e de paraguaios pelos mesmos motivos acrescentando-se a busca destes a escolas brasileiras e a saúde. Os fins educacionais todavia se destacam, visto que é significativo o número de alunos que freqüentam regularmente escolas públicas brasileiras da fronteira. A Escola Municipal Ramiro Noronha, campo desta investigação tem cerca de 90% de alunos paraguaios e a escola se localiza a uma distância inferior a cem metros do Paraguai. Passemos a definir quem são os alunos da escola.

1.1 O plurilingüismo/multiculturalismo na fronteira

Com o advento do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, intensificaram-se as transações comerciais em Pedro Juan Caballero. Conseqüentemente fortaleceram-se os dialetos como o *portunhol* – mescla do português com o espanhol – e o *jopará* – mistura do espanhol com o guarani. A posição geográfica de Ponta Porã, que faz divisa seca com o Paraguai favorece ainda mais os intercâmbios lingüísticos e culturais. O encontro de três línguas – o guarani e o espanhol – línguas oficiais do Paraguai, e o português, língua oficial do Brasil representa, portanto, uma riqueza lingüística/cultural ainda pouco explorada.

Essa situação de multilingüismo e multiculturalismo¹ tem sua origem na época da conquista da América, quando os castelhanos vieram e se instalaram no Paraguai, impondo a sua língua, sua religião e sua cultura. Quem conhece minimamente a história do Paraguai está ciente dos prejuízos que a população deste país do Continente Americano sofreu e dos reflexos da dominação européia que persistem até hoje. Ao perder o seu espaço econômico, os paraguaios perderam também a identidade de povo forte e lutador.

De acordo com Bourdieu (1996, p.108),

As lutas em torno da identidade étnica ou regional, quer dizer, em torno de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem, bem como das demais marcas lhes são correlatas, como, por exemplo, o sotaque, constitui um caso particular das lutas entre classificações do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, de *fazer e desfazer os grupos*.

Consideramos essa citação muito pertinente, pois ilustra como as manifestações de poder podem influenciar a sociedade, especialmente num país que é bruscamente invadido por estranhos que, além de apoderar-se do território alheio, rompem com o processo cultural em andamento para impor as suas ideologias e alcançar os seus

objetivos. O Paraguai no século XIX, conforme registra a história, se diferenciava consideravelmente dos demais países latino-americanos pelo seu progresso econômico autônomo, a partir da independência em 1811. Esse progresso era sentido também na cultura, pois os governos de José Francia e Carlos Lopes haviam conseguido superar um grande desafio: erradicar o analfabetismo no país.

Com a chegada dos espanhóis, mudou completamente a vida desses nativos. A sociedade entrou em crise, pois os dialetos falados passaram a ser estigmatizados e aos poucos foi imposta a língua dos dominantes: o espanhol, também conhecido como castelhano.

Quanto a esse tipo de situação Berger e Luckmann (2004) pontuam que as crises individuais e coletivas se originam da própria sociedade. Para eles, estar em sociedade acarreta um contínuo processo de modificação na realidade subjetiva do indivíduo que pode, conseqüentemente “mudar de mundos”.

Assim, pode-se afirmar que os paraguaios, a partir do processo de colonização protagonizado pelos espanhóis, passaram por uma mudança radical, ou seja, tiveram que submeter-se aos novos hábitos e à nova língua. É o que Berger e Luckmann (op. cit) chamam de “transformação total.” ou mudança de mundo.

Os preconceitos lingüísticos, sociais e econômicos que se originaram da colonização e da conquista, intensificaram-se com a guerra do Paraguai, ocorrida entre dezembro de 1864 a março de 1870. Aos poucos a população paraguaia foi completamente dominada.

1.2 Uma breve reflexão sobre o termo *fronteira*

Torna-se necessário aqui esclarecer o termo *fronteira*, haja vista a sua importância nesse trabalho. Como afirma Raffestin (2005, p. 9) a reflexão e mais ainda, a ausência dela a respeito do significado de *fronteira* ratificam a falta do regramento nos diversos aspectos do pensamento e da ação.

Originária do latim *frontaria*, a expressão *fronteira* significa território que ficava em frente ou nas margens. Buscou-se o sentido etimológico no dicionário eletrônico Houaiss, que define *fronteira* como a parte extrema de uma área, região etc., a parte limítrofe de um espaço em relação a outro; o marco, a raia, a linha divisória entre duas áreas, regiões, estados, países etc.; o limite, o ponto extremo de algo de cunho abstrato; o limiar, a raia, o limite entre dois espaços, estados, situações etc.; região de separação entre um sistema físico e a sua região externa; a totalidade dos pontos existentes nas linhas fronteiriças de um conjunto; contorno [...]. (HOUAISS, dicionário eletrônico)

Muller (2000, p.584) afirma que o próprio conceito *fronteira* é empregado de modo diferente por quem é morador desse tipo de espaço e por um simples habitante desses locais. “Para aqueles que vivem nesses lugares, a linha divisória é tênue e não passa necessariamente pela demarcação geopolítica.” A autora enfatiza que a *fronteira* constitui-se numa delimitação territorial que irá definir, no caso em questão, onde se encerra um país e onde se inicia outro, estipulando a interrupção do poder de um Estado num determinado território.

Grimson (2000, p.29, apud Muller, 2005, p.590) adverte que ao analisar zonas de *fronteira* devem-se levar em conta dois elementos. O primeiro deles é que muitos habitantes dizem que ‘a *fronteira* não existe’ ou que ‘estamos integrados desde sempre’.

Quanto ao segundo elemento a ser considerado, trata-se do discurso nativo da ‘irmandade imemorial’ como base articuladora de uma articulação transfronteiriça como zona periférica e marginalizada.

Parafraseando Girard (1972, p.87), Raffestin (2005) diz que a fronteira nasce da diferença, pois é a sua perda que causa a confusão pela violência. O autor entende por fronteira “todo processo que desemboca em um processo cuja seqüência pode ser resumida em quatro momentos: diferenciação, tradução, relação e regulação.” Defende a fronteira como grande reveladora da necessidade que as sociedades têm de serem inventoras de modos de diferenciação no contexto espaço-temporal. Para ele, “A perda do sentido profundo a respeito de limite ou de fronteira em toda a sua complexidade resulta da recorrência a um modo fortemente solicitado pelo poder público, que é o mapa.” (op. Cit. P.11-12)

Os conceitos são múltiplos, mas a idéia que normalmente se tem sobre o termo fronteira é de uma linha divisória entre dois países. Porém, entende-se que a fronteira não pode ser limitada a uma linha, pois ela é muito mais que isso. As linhas demarcatórias muitas vezes correspondem a limites firmados entre governos nacionais, não correspondendo a divisões naturais. É preciso lembrar que a fronteira está vinculada à história de diferentes povos, diferentes culturas e civilizações.

É preciso reconhecer que esse espaço multicultural e multilíngüe propicia ao país amplas oportunidades de desenvolvimento econômico e sócio-cultural. A diversidade contemplada nas faixas fronteiriças merece ser explorada e valorizada, o que, infelizmente, não tem acontecido no Brasil, bem como em outros países. Ao contrário,

[...] o conseqüente aumento das desigualdades, a marginalização da população e a concentração da pobreza configuram um quadro de injustiça social não condizente com a diretriz política do governo federal. Na prática, a população mais pobre é desproporcionalmente afetada, vez que, como profissionais menos qualificados, são os menos aptos a responderem ao novo dinamismo econômico. [...] O crescimento de tensão e exclusão social resultante configura-se inclusive como empecilho ao desenvolvimento econômico sustentável da nação. (GADELHA; COSTA, 2005, in OLIVEIRA, 2005, p.28)

Percebe-se, portanto, que as opiniões sobre a situação de fronteira são unânimes quanto ao fato de que na prática as diretrizes políticas nacionais não são cumpridas. Ao invés de ser fortalecida e motivada, a população fronteiriça está cada vez mais pobre e abandonada, vivendo constantes ameaças de exclusão social.

1.3 A situação fronteiriça sob um olhar político – as mudanças no PDFF

De acordo com o Ministro de Estado da Integração Nacional, Ciro Ferreira Gomes, (in OLIVEIRA, 2005, p. 7),

A faixa de fronteira é uma área especial que, em função de questões históricas e políticas, tem sido associada a uma agenda negativa, ficando praticamente abandonada pelo Estado. A isto deve

ser acrescido o fato de que a legislação brasileira que dispõe sobre seu uso é de 1979, ou seja, elaborada durante o regime de exceção, razão pela qual a área é vista e considerada apenas do ponto de vista da segurança nacional.

Portanto, Gomes admite reconhecer a falta de atenção do Estado às faixas fronteiriças do país até recentemente. O Ministro acrescenta que o próprio conceito de segurança evoluiu nas últimas décadas e que, atualmente, a segurança nacional está relacionada também à ocupação do solo, ao fortalecimento da cidadania e às condições de vida da população.

O político reforça que, “Reconhecendo o caráter estratégico do desenvolvimento dessa região e, ainda, a enorme dívida a ser resgatada, o Ministério da Integração Nacional lançou o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF”. Gomes garante que o novo PDFF contempla “diretrizes claras de fortalecimento da cidadania e do estímulo às potencialidades locais e aos empreendimentos de pequeno e médio portes.” (op. Cit., p.8)

O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteiraⁱⁱ deve atingir os seguintes resultados:

- Estimular processos sub-regionais de desenvolvimento, contribuindo para a redução da desigualdade regional e para a integração da América do Sul.
- Melhoria da governança e estímulo à participação da sociedade civil, envolvendo a articulação dos atores locais em torno a projetos de desenvolvimento na Faixa de Fronteira.
- Estruturação e dinamização de Arranjos Produtivos Locais e transfronteiriços.
- Promoção articulada da infra-estrutura econômica e social, associado às estratégias locais de desenvolvimento.
- Melhoria das condições de cidadania da população local.
- Revisão do marco regulatório que possui impacto no desenvolvimento econômico da região e nas condições de cidadania.

Sabe-se que a fronteira ultrapassa o fato geográfico, tratando-se também como um fato social, levando-se em conta as pessoas envolvidas nesse espaço e a incontestável riqueza nele existente.

A reformulação do documento, ou seja, a criação de uma nova agenda política para o PDFF ocorreu devido à intensa diversidade regional, bem como pela inadequação do padrão histórico de intervenção. Antecedentes históricos dão conta de que os órgãos governamentais vêm atuando de forma fragmentada nas áreas fronteiriças, sem apoio do Governo Federal.

Entende-se, dessa forma, que o PDFF visa mudanças quanto ao padrão das últimas décadas e tem como principais desafios: definir estratégias respeitando a diversidade da região; criar uma Associação da soberania com uma perspectiva de desenvolvimento e integração da América do Sul; fortalecer as condições de cidadania

para a população local e organização da sociedade civil e articular o programa com a nova Política de Desenvolvimento Regional.

Se, de fato, essas metas forem alcançadas, haverá mudanças significativas. Porém, o Ministro fala em estímulo e melhorias, mas não estabelece datas e nem esclarece sobre como serão postos em prática os seus planos. Portanto, teme-se que muito tempo ainda seja necessário até que a teoria seja posta em prática, principalmente no âmbito educacional. Enquanto isso não acontece, os educadores tentam acertar, desempenhando o seu papel da melhor forma possível, porém, nem sempre de forma adequada ao contexto fronteiriço.

Ora, sabe-se que a língua é uma grande arma de poder, talvez a maior delas. É por trás dela que se escondem muitas ideologias. Daí a importância do ensino de línguas nas escolas. Este princípio vem servindo de ponto norteador para a pesquisa e com este olhar é que passamos a definir o perfil dos alunos sujeitos do estudo.

2. PERFIL DOS EDUCANDOS DA ESCOLA RAMIRO NORONHA

São atendidos atualmente 1486 alunos na educação infantil e no Ensino Regular, nos períodos matutino e vespertino, além de 158 discentes no Eja – Educação de Jovens e adultos ofertado no período noturno. A quantidade de alunos bi/trilíngüe é superior a 90% devido, principalmente, à proximidade com o país vizinho, o Paraguai. Diz-se bi ou trilíngües porque muitos são falantes de guarani, espanhol e português e, não raras vezes essas línguas são praticadas somente na modalidade oral e de background rural.

Além dos paraguaios e brasiguaios, freqüentam a escola uma minoria de brasileiros (menos de 10% do total de alunos matriculados). Trata-se, portanto, de um contexto plurilíngüe e multicultural, uma vez que se mesclam as três línguas em contato, o português – língua oficial do Brasil, o guarani e o espanhol – línguas oficiais do Paraguai.

O acesso aos históricos escolares, bem como as conversas informais com os alunos, possibilita afirmar que a grande maioria dos discentes matriculados nessa escola já residiu ou ainda reside no Paraguai. Muitos se autodenominam “brasiguaios” pelo fato de o pai ser brasileiro e a mãe paraguaia, ou vice-versa. No entanto, sabe-se que existem outras concepções para esse termo conforme já citado anteriormente (SANTOS, 1999).

Quando questionados sobre a sua procedência, muitos alunos dizem ter nascido no Brasil, “no Hospital Regional de Ponta Porã”, porém o que ocorre com certa regularidade é o fato de os pais registrarem seus filhos no Brasil – Ponta Porã para que tenham cidadania brasileira, visando benefícios. Confirmando esta afirmativa traz-se o recorte do diário de campo (13/11/2007) em que se registrou a fala de uma das secretárias da escola: “muitos alunos dizem que são brasileiros, mas na verdade são paraguaios. Geralmente os pais registram os filhos no Brasil por causa dos benefícios e continuam morando no Paraguai por conveniência, pois lá é tudo mais barato, a comida, o aluguel...”.

A mesma secretária afirma ainda que há casos de alunos com dupla nacionalidade, isto é, são registrados no Brasil e, no Paraguai. E quando isto ocorre, em alguns casos os nomes de registros não são os mesmos. Pensam desta forma conseguir

benefícios em ambos os países. Há também aqueles alunos que estudam nos dois países, um período no Paraguai, em Pedro Juan Caballero e outro período no Brasil, em Ponta Porã.

Percebe-se assim que o perfil dos alunos da escola Ramiro Noronha é bastante diversificado, porém a grande maioria fala pelo menos duas línguas. No entanto, ao contrário do que normalmente se imagina, é pequeno o número de alunos que domina a língua guarani. A dificuldade, pela avaliação das professoras contatadas, está na escrita desta língua, uma vez que o ensino da mesma passou a integrar os currículos das escolas públicas paraguaias apenas recentemente, contemplando apenas uma aula por semana. O espanhol é língua dominante e, por esta razão, provavelmente, percebe-se uma incidência maior de alunos que falam esta língua.

A seguir passaremos a abordar pontualmente alguns elementos do ensino de português na escola selecionada e a inserção dos alunos.

3.O Ensino do Português para alunos bi/multilíngües na Escola Ramiro Noronha e em outros contextos de fronteiras

De acordo com o exposto no item anterior e conforme já dito ao longo do artigo, é possível constatar que nessa escola a grande maioria dos alunos fala mais de uma língua. Isso significa um universo de línguas em contato/conflito, que alunos paraguaios e brasileiros enfrentam no mesmo espaço escolar e de fronteira. Certamente nesta “arena” o que mais dificulta a tarefa do professor é a heterogeneidade e a falta de uma política, principalmente, lingüística adequada aos contextos de fronteira como o de Pedro Juan.

Percebe-se, por parte dos alunos paraguaios, um grande interesse em aprender o português brasileiro, mas dificilmente constata-se reciprocidade em relação aos alunos brasileiros. Ao contrário, de acordo com os professores, muitos alunos demonstram descaso pela língua espanhola e isso não acontece somente na escola Ramiro Noronha, mas em outras escolas da região, como em Dourados (distante cerca de 120 km dos limites da fronteira). Particularmente na qualidade de professora de espanhol desde o ano de 2001, atuando nas escolas douradenses com o ensino do espanhol, pude constatar que esse desinteresse pela língua castelhana ocorre tanto nas escolas públicas quanto nas privadas.

Atitudes como estas, de desinteresse, revelam certo preconceito relacionado ao “espanhol da fronteira”, um dos idiomas oficiais dos paraguaios. Os alunos chegam a declarar que querem aprender o espanhol, “mas não o castelhano falado pelos paraguaios”. Falas como estas revelam o estigma em relação à língua e ao seu usuário, destacando-se o atributo referente à mescla das duas línguas, o espanhol e o guarani.

Quem convive com paraguaios ou costuma freqüentar o comércio fronteiriço de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, certamente já ouviu dialetos como o Jopará e o Portunhol. O primeiro, é uma mistura de guarani com espanhol e o segundo, como revela o próprio nome, é a mescla do português com o espanhol. São os chamados dialetos de fronteira. Rajagopalan (1998:23) diz que:

[...] quando se trata de distinguir entre categorias conceptuais nebulosas como "língua" e "dialeto, até os lingüistas se abstém de estabelecer a diferença. Embora alguns lingüistas façam objeção ao termo 'dialeto' por razões técnicas, a maioria acredita que é aplicável a todas as variedades da língua inclusive a padrão.

Quando os alunos dizem ter “aversão” ao castelhano do Paraguai muitas vezes se referem, inconscientemente, a um desses dialetos. O que muitos deles não sabem é que não existe diferença entre espanhol e castelhano, pois o que muda é apenas a denominação da língua nascida em Castilla, na Espanha.

Essas considerações foram feitas com o objetivo de situar o leitor sobre o contexto escolar em pesquisa, porém, como o foco desse artigo é o ensino do português brasileiro nessa situação de fronteira, será esse o nosso fio condutor doravante.

O número de aulas de português observadas no 6º e 7º ano no segundo semestre de 2007 não foi suficiente para conclusões gerais, nem para apontar soluções ao ensino dessa disciplina. Destaca-se que o trabalho está em andamento e que a observação de sala de aula será ampliada. No entanto, com as transcrições e observações de diário de campo ficou patente a preferência dos alunos paraguaios pela língua portuguesa. Vale ressaltar que a escola Ramiro Noronha oferece em sua grade curricular o português, como língua materna e língua de ensino e o espanhol, como língua estrangeira. Em conversas informais em que falavam sobre sua preferência entre as duas disciplinas oferecidas, a maioria dos alunos justificou preferir a língua portuguesa porque vêem a mesma como elemento a propiciar maiores possibilidades de ascensão social, ou seja, para esse alunos falar português significa um passaporte “para conseguir emprego no futuro”. Outros simplesmente afirmaram gostar do português por ser uma língua “bonita e fácil de aprender”.

No entanto, apesar da evidente preferência, muitos discentes bilíngües apresentam dificuldades na hora de escrever ou de memorizar as inúmeras regras gramaticais. Isso acontece também com muitos brasileiros, que ao contrário dos paraguaios, costumam classificar o português como uma língua difícil de aprender, justamente por apresentar uma significativa quantidade de regras e exceções.

Diante dessas dificuldades e com o intuito de oportunizar melhores notas, a professora observada diversifica as formas de avaliação, sendo a oral uma delas. Coincidentemente foi possível observar um dos testes orais em que o conteúdo em foco era verbo. Os alunos eram chamados à frente, individualmente, e dentro de suas possibilidades respondiam aos questionamentos feitos pela docente, enquanto os demais permaneciam sentados revisando o conteúdo selecionado. Percebia-se que quem havia estudado em casa não ficava constrangido ao ser convocado para a prova, ao contrário daqueles que demonstravam não estar preparados.

De acordo com a professora, os alunos que vêm do Paraguai têm mais facilidade na oralidade do que na escrita, quando se trata do português. É preciso destacar que as causas para esta maior facilidade não foi investigada. Há registro de que no Paraguai a escola trabalha firmemente questões de oratória o que possa ter reflexo nestes alunos. Todavia, é algo a ser investigado como outro estudo.

Outras formas de avaliação são as provas escritas mensais e bimestrais, bem como a ficha formativa, ou seja, os alunos são constantemente avaliados pelas suas

atitudes, seja em trabalhos desenvolvidos na sala de aula ou fora dela. A pontualidade e assiduidade também somam pontos. Esse é um procedimento recomendado pela direção e coordenação da escola para todas as disciplinas, especialmente para que sejam levados em conta os diferentes potenciais dos discentes.

O fato que mais tem chamado a atenção nesse contexto do ensino de língua portuguesa é a falta de fundamentação teórica para o trabalho de ensinar Língua Portuguesa em um contexto de fronteira – bilíngüe. O português sempre é tratado como a língua de todos os brasileiros e assim, não há fundamentação para o trabalho em escola pública em relação ao ensino de português como segunda língua ou mesmo como língua estrangeira. Os próprios professores reconhecem a importância de um preparo maior para esse tipo de situação, uma vez que se trata de uma disciplina para estrangeiros e brasileiros.

Apesar de o estudo estar em andamento é possível dizer que faltam estudos e pesquisas acerca de políticas educacionais e políticas linguísticas para cenários de fronteiras de imigração e do bilingüismo marginal (principalmente). De acordo com Cavalcanti (1999, p.386)

Em comparação com outras subáreas da Linguística Aplicada, por exemplo, ensino-aprendizagem de línguas (materna/estrangeira) e tradução, os estudos sobre interação em contextos bi/multilíngües no Brasil são recentes. Não completaram ainda uma década e, por enquanto, constituem área de concentração em somente um programa de pós-graduação em LA no país.

Como a própria autora afirma em seguida, isso não significa dizer que não existam estudos sobre educação bilíngüe e sobre educação em contextos bi/multilíngües em outros programas. Contudo, ainda estão restritos e limitados a determinados espaços geográficos mais centrais.

Pretende-se, finalmente, com este estudo, contribuir com a linha de pesquisa Linguagem e Ensino na construção de um mapeamento das situações de ensino da língua portuguesa em áreas de fronteiras bilíngües e o impacto na escola.

Referências

- ALMEIDA FILHO, J.C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. 3ª ed. Campinas, S.P: Pontes, 2002.
- BERGER, P. L; LUKMANN, T. **A construção social da realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que o Falar quer Dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

CAVALCANTI, M.C. **Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil.** São Paulo, vol. 15, : EDUC/ DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, p 385-417, 1999.

GADELHA, A G; COSTA, L. **A política nacional de integração e desenvolvimento das fronteiras:** o programa de desenvolvimento da faixa de fronteira – PDF. in Oliveira, OLIVEIRA, Tito C. M. de. (org) **Território sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande, MS: UFMS, p.9-15, 2005.

GOMES, C. F. **Introdução.** In: OLIVEIRA, Tito C. M. de. (org) **Território sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande, MS: UFMS, p.573-592, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Prática docente e avaliação.** Rio de Janeiro:ABT, 1990.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 9ª edição. São Paulo:Cortez, 1999.

MOITA LOPES, L. P. da. **Oficina de Lingüística Aplicada.** Campinas: Mercado de Letras, 1996.

_____. (org). **Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MULLER, K. M. **Espaço de fronteiras nacionais, pólos de integração.** In: OLIVEIRA, T. C. M. de. (org) **Território sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande, MS: UFMS, p.573-592, 2005.

QUINTAS, J. M. R. **Ponta Porã em Foco:** aspectos históricos e geográficos do município de Ponta Porã-MS. Ponta Porã, 2ª Ed.: Gráfica Editora Borba, 2006.

RAFFESTIN, C. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira.** In OLIVEIRA, T. C. M. de. (org) **Território sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande, MS: UFMS, p.9-15, 2005.

RAJAGOPALAN, K. **O conceito de identidade em Lingüística:** É chegada a hora para uma reconsideração radical, 1998. In: I. SIGNORINI (org.) **Lingua(gem) e Identidade:** Elementos para uma discussão no campo aplicado. FAPESP/FAEP/Unicamp/Mercado de Letras: 21-46.

SALINAS, D. **Prova amanhã! A avaliação entre a teoria e a realidade.** Trad. Magda Schwartzhaup Chaves. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, M. H. P. **Fatores de risco para o sucesso escolar de crianças brasiguaias nas escolas de Foz do Iguaçu:** uma abordagem sociolingüística. Curitiba, PR, 1999. (dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Paraná.)

http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/prioridades.asp?area=spr_frenteira. Acesso em 15/11/2007.

ⁱ Os termos *plurilingüismo* e *multiculturalismo* significam, respectivamente, a coexistência de mais de uma língua e mais de uma cultura.

ⁱⁱ Informações obtidas via on-line, por meio do site
http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/resultados.asp?area=spr_frenteira